



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE: PERFIL DE GRANDES EMPRESAS BRASILEIRAS SEGUNDO O PADRÃO DA *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* (GRI)

Otávio Agostini Cressoni - Graduando em Administração na PUC-Campinas (PUC-Campinas). Bolsista de Iniciação Científica. otavioagostini@yahoo.com.br

Samuel Carvalho De Benedicto - Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da PUC-Campinas. samuel.benedicto@puc-campinas.edu.br

Luiz Henrique Vieira da Silva - Doutorando em Ambiente e Sociedade pela Unicamp. Mestre em Sustentabilidade pela PUC-Campinas. Foi bolsista CAPES. vieiraluiz77@gmail.com

Josias Jacintho Bittencourt - Pós-Doutor em Direito na Universidade de Coimbra, com patrocínio da CAPES. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Visitante da Universidade de Coimbra. Profissional do Direito. josias.bittencourt@uol.com.br

Resumo

Crescentemente, as organizações têm sido impelidas a adotar políticas e práticas sustentáveis, ocasionando a busca por modelos sustentáveis. Estudos mostram que, atualmente, a sustentabilidade é uma das estratégias utilizadas por muitas organizações para efetivar a atividade fim. Para atender seus objetivos, as organizações precisam de instrumentos que divulguem suas ações sustentáveis. Nesse contexto, o relatório de sustentabilidade é uma importante ferramenta que indica os fatores sociais, econômicos e ambientais das organizações, com maior transparência. Considerado o principal instrumento de comunicação sobre desempenho sustentável, as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) permitem às organizações externalizar suas ações nas dimensões ambiental, social e econômica. O objetivo deste trabalho é examinar relatórios de sustentabilidade de grandes empresas brasileiras a fim de verificar o perfil institucional segundo o padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI) e, a partir dos respectivos parâmetros, realizar análise crítica sobre práticas sustentáveis que a sociedade deseja. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória, documental, e transversal. Os resultados da pesquisa apontam que, dentre os objetivos sustentáveis institucionalizados, muitos têm sido alcançados. No entanto, percebe-se que ainda há desafios a serem enfrentados pelas organizações, especialmente no que tange a dimensão ambiental, que constitui a base das relações sociais e econômicas.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Grandes Empresas, Relatório de Sustentabilidade, Indicadores, GRI.

1. Introdução

O desenvolvimento sustentável, conforme necessidades da sociedade, requer constantes e novas prioridades, que poderão ser efetivadas somente com ética comportamental, interesses



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

sociais, coletivos, que englobam mudanças-chave na estrutura de produção e consumo, possibilitando inversões no quadro de degradação ambiental e miséria social a partir das suas causas (NEVES, 2019).

Atividade sustentável é aquela que pode ser mantida por períodos indeterminados, de forma a não se esgotar, apesar dos imprevistos que poderão ocorrer. O conceito de sustentabilidade, em âmbito aplicado numa sociedade sustentável, não coloca em risco recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais depende a sociedade. O desenvolvimento sustentável melhora a qualidade da vida do ser humano e do ecossistema, e respeita as respectivas capacidades de reprodução, produção e desenvolvimento. A sustentabilidade ecológica possibilita usos eficientes dos potenciais recursos existentes nos diversos ecossistemas, além da redução de consumos irresponsáveis, da redução de poluição (SOUZA, 2018).

A preocupação de praticar desenvolvimento sustentável implica e amplia, consequentemente, a forma de atuação das organizações, passando a envolver, além das considerações meramente econômicas, preocupações de caráter ambiental e social (FONSECA *et al.*, 2011). É uma conscientização que está sendo incrementada desde a segunda metade do Século XX, a partir da publicação de relatórios e da convocação de encontros internacionais para popularizar o tema e criar planos de ação capazes de responder aos desafios impostos pela emergência climática e pelas disparidades socioeconômicas.

A elaboração de relatórios de sustentabilidade tem sido prática importante na avaliação e divulgação da sustentabilidade nas organizações (BRADFORD; EARP; WILLIAMS, 2014). Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social (INSTITUTO ETHOS, 2014), os relatórios de sustentabilidade podem ser definidos como demonstrativos anuais de projetos, benefícios e ações sociais dirigidos a todos os *stakeholders* – sejam eles empregados, investidores, governos, mercado, acionistas e comunidade –, cuja função é tornar públicas as responsabilidades, e as preocupações das empresas quanto ao valor das pessoas e da vida no planeta, proporcionando, assim, vínculos entre todos na sociedade.

A organização não governamental *Global Reporting Initiative* (GRI) desenvolveu uma estrutura de documento baseada numa série de diretrizes que tornou-se referência para a elaboração de relatório de sustentabilidade, contando, inclusive, com a adesão de organizações empresariais de vários países (MARIMON *et al.*, 2012).

Nesse contexto, surgem interrogações que resumem o problema desta pesquisa, a ser investigado: Quais as possíveis práticas de sustentabilidade, baseadas nas diretrizes da GRI, que podem ser evidenciadas nas grandes empresas? Qual é o perfil sustentável das grandes empresas situadas no Estado de São Paulo, segundo os critérios da *Global Reporting Initiative*? As práticas detectadas encontram-se em sintonia com as ações sustentáveis esperadas pela sociedade, no âmbito das organizações?

Este trabalho tem como objetivo examinar relatórios de sustentabilidade de grandes empresas brasileiras a fim de verificar o perfil institucional segundo o padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI) e, a partir dos respectivos parâmetros, realizar análise crítica sobre práticas sustentáveis que a sociedade deseja.

2. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

As ideias e os ideais de desenvolvimentos sustentáveis perpassam conjuntamente com outras exigências da sociedade, como a necessidade de novas formas e maneiras de relacionamento com o ambiente, visando tanto a conservação das suas características essenciais como o desenvolvimento de todas as formas de vida. Para Lozano (2008, p. 1838) “os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade surgiram como alternativas para ajudar a entender, combater e reduzir as disparidades econômicas, a degradação ambiental e as doenças sociais atuais e potencialmente futuras”.

Diversos estudos, como os de Lelé (1991), Lozano (2008), Rogers, Kazi e Boyd (2008) e Van Bellen (2008) apontam que as concepções de desenvolvimento sustentável envolvem perspectivas diferenciadas e, conseqüentemente, geram interpretações diversas.

O conceito clássico de desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1970, através de estudos da União Internacional para a Conservação da Natureza. O Relatório *World's Conservation Strategy*, de 1980, considera que as dimensões social e ecológica são aspectos sustentáveis importantes, bem como os respectivos fatores econômicos, os recursos vivos e não vivos, que proporcionam vantagens de ações alternativas em curto, médio e longo prazos. O foco do conceito é a integridade ambiental.

Em 1973 Maurice Strong cunhou o termo Ecodesenvolvimento, tendo como base princípios formulados por Ignacy Sachs. O Ecodesenvolvimento buscou aperfeiçoar o conceito de desenvolvimento, em somatória positiva com a natureza, tendo por base justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Em 1987, através do Relatório de *Brundtland*, o conceito de desenvolvimento sustentável foi mundialmente difundido. O Relatório foi desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU. A partir da concepção de *Brundtland*, a ênfase passa a ser no elemento humano, enfatizando a necessidade de equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social (VAN BELLEN, 2008), tendo em vista preocupações com as gerações futuras. O conceito ampliou a abrangência da dimensão ambiental, adicionando questões econômicas e sociais como pilares de um tripé (ELKINGTON, 2012).

Elkington (2012) escreve que a Comissão Mundial da ONU incluiu nos objetivos principais do Relatório de *Brundtland* conceitos de processos de reativação de crescimento econômico. Fez, porém, de nova maneira: atendimento de necessidades vitais do ser humano, como alimento, abastecimento de água, energia e empregos; aumento e conservação dos recursos naturais; novos rumos à tecnologia e ao gerenciamento de riscos; incorporação de questões ambientais nas tomadas de decisão.

Van Bellen (2008) afirma que a proposta do Relatório de *Brundtland* é a mais adotada globalmente, tendo em vista a sua influência direta nas políticas públicas do Banco Mundial e de órgãos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e a *International Union for Conservation of Nature (UICN)*, a União Mundial pela Natureza, as agências de desenvolvimento internacionais, e os organismos de pesquisa e fomento, os grupos de ativistas, dentre outros.

Segundo Rogers, Peter e Boyd (2008), o desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico de mudança em que a exploração de recursos, a direção de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais são coerentes com as necessidades futuras, bem como com as presentes.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Lozano (2008) classifica a concepção de desenvolvimento sustentável em cinco perspectivas, quais sejam: (i) a dos economistas convencionais; (ii) a da não degradação ambiental; (iii) a integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos; (iv) a intergeracional, e (v) a holística. Para o autor, a melhor perspectiva é a holística, tendo em vista que resulta da união entre as perspectivas integradora e intergeracional. Enquanto a perspectiva integradora contempla aspectos essenciais para o desenvolvimento (meio ambiente, economia e sociedade) no curto e longo prazo, a perspectiva intergeracional amplia a temporalidade para um patamar longitudinal. Assim, a perspectiva holística torna-se mais abrangente e mais adequada à realidade atual. A visão do autor não descaracteriza o tripé da sustentabilidade, apenas acrescenta um importante componente ao tripé (*Triple Bottom Line*).

A Agenda 21 Brasileira (MMA, 2004) – tendo em vista os pressupostos do Relatório de *Brundtland* – considera quatro dimensões complementares à dimensão econômica: ética, temporal, social e prática. Segundo a Agenda, a dimensão ética abriga e obriga concepções de que para o almejado equilíbrio ecológico precisam ser efetivados comportamentos duradouros de organização da sociedade: está em jogo a vida de todos os seres, em especial da espécie humana. A perspectiva temporal destaca a importância e a necessidade de planejamentos em longo prazo, enquanto que na dimensão social evidencia-se a importância de planejamento e trabalhos conjuntos para erradicação da desigualdade social, alcançando, assim, o desenvolvimento sustentável. Por fim, a dimensão prática enfatiza a necessidade da troca de hábitos de comportamento, consumo e produção.

Sachs (2002), economista polonês e autor central para o tema, atribui ao desenvolvimento sustentável, oito dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Verifica-se, portanto, que o desenvolvimento sustentável é um fenômeno que alcança diferentes dimensões ou perspectivas. Cada uma delas contribui para o entendimento conceitual do fenômeno e a implementação de práticas que podem assegurar aos habitantes do Planeta Terra um futuro habitável e mais promissor.

Em qualquer uma das dimensões estudadas, pode-se entender que sustentabilidade é uma convivência harmoniosa entre humanidade e natureza. Ser sustentável é viver responsabilmente no Planeta, de tal forma que seja capaz de suportar os impactos que o ser humano provoca no decorrer da vida. Sustentabilidade é preservá-lo para as futuras gerações. É a expectativa que a sociedade tem das pessoas, dos governos e das organizações (PAZ; KIPPER, 2016).

2.1 Sustentabilidade organizacional

Elkington (2012) argumenta que, num contexto organizacional, a sustentabilidade é o equilíbrio entre três pilares, ou seja, um *Triple Bottom Line*: ambiental, social e econômico. Para o autor, o desenvolvimento sustentável é o objetivo a ser alcançado e a sustentabilidade é o processo para atingi-lo.

A dimensão ambiental adquire extrema importância em um relatório de sustentabilidade, uma vez que permite mensurar os impactos das atividades humanas e organizacionais no meio ambiente. Van Bellen (2008) e Elkington (2012) acreditam que a dimensão ambiental é intrínseca ao capital natural. É a defesa de um conceito que enxerga, sob a ótica dos custos de produção, importantes valores nos recursos naturais em relação a um produto ou serviço, tratando-os como capital, nos mesmos moldes como são tratados os recursos econômicos.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Nesse contexto, uma organização que depende da natureza para o seu sucesso deve considerar os bens naturais como parte do seu capital. Isso porque uma eventual escassez de recursos naturais afeta diretamente a produtividade e a saúde financeira dos negócios, acarretando consequências indesejáveis.

Estudos demonstram que na sustentabilidade há mais discussões sobre as dimensões econômica e ambiental e menos sobre a dimensão social (SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010; VIFELL; SONERYD, 2012). Entretanto, a dimensão social é fundamental, tendo em vista ser uma dimensão que leva a organização a considerar o ser humano como elemento-chave (LOURENÇO; CARVALHO, 2013). Sob essa perspectiva, um dos objetivos de uma organização deve ser o de garantir que as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade para uma vida digna, pautando seu desenvolvimento com um viés de liberdades substantivas e geração de oportunidades (SEN, 2010). Isso faz com que o ser humano, dentro ou no entorno das organizações, seja considerado como componente significativo nos debates que envolvem a busca do desenvolvimento sustentável.

A dimensão econômica também possui grande importância na abordagem da sustentabilidade nas organizações. Elkington (2012) defende que o desenvolvimento sustentável somente é possível, na dimensão econômica, quando a qualidade de vida tiver preponderância sobre a preocupação com a quantidade de produção. Ainda, segundo Van Bellen (2008), a crise surge quando a economia, ou subsistema econômico, cresce de tal maneira que a demanda sobre o meio ambiente ultrapassa os seus limites. É uma situação que têm se mostrado cada vez mais aquém das pressões exercidas pelo crescimento econômico.

Castro, Campos e Trevisan (2018) lançam um olhar crítico à sustentabilidade organizacional, citando exemplos de companhias que, apesar de disporem de amplo conhecimento dos princípios da sustentabilidade, permitem que outros interesses prevaleçam, como o acúmulo de capital e a expansão do poderio político e econômico.

Segundo Silva (2021), a prática conhecida por *greenwashing*, adotada por empresas que “pintam de verde” seus produtos e sua imagem institucional para que se pareçam sustentáveis, parece comprometer a possibilidade da operação de organizações efetivamente sustentáveis.

Não obstante, há organizações que efetivamente investem em uma cultura sustentável e socialmente responsável, impulsionadas pelo real comprometimento com as pautas sociais e ambientais, indo além do simples marketing, puramente superficial (ABRAMOVAY, 2012). Há empresas que “são responsáveis porque acreditam que devam ser responsáveis, não porque outros demandam que sejam” (BARAIBAR-DIEZ; SOTORRIO, 2018, p. 15).

2.2 Relatórios de sustentabilidade

Em meio às múltiplas pressões decorrentes do aumento da percepção social acerca da necessidade de ações sustentáveis e, também, da desconfiança em relação a propagandas e à prática do *greenwashing*, organizações têm apostado cada vez mais na publicação de relatórios de sustentabilidade (SILVA, 2021). Trata-se de um documento anual produzido voluntariamente pela empresa após “auditoria interna” para mapear o grau de sustentabilidade da empresa e seus impactos na sociedade e no planeta. A tal “auditoria” busca entender a gestão, as ações e avaliá-las, conforme critérios ambientais, sociais, econômicos e, inclusive, de governança (INSTITUTO ETHOS, 2014).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Além disso, tendo em vista ser uma plataforma orientadora para mudanças de ideias e ideais, mostra-se importante e vantajosa ferramenta operacional, possibilitando estabelecer objetivos e metas, transformações operacionais, controle de externalidades, comunicação de impactos positivos e negativos, e reunir informações que podem influenciar na política, na estratégia e nas operações da organização.

Feil, Strasburg e Naime (2013) defendem que relatórios de sustentabilidade são demonstrativos anuais de projetos, benefícios e ações sociais dirigidas a todos os *stakeholders*, ou seja, a empregados, investidores, governos, mercado, acionistas e comunidade, cuja função é tornar públicas a responsabilidade e a preocupação da empresa em relação às pessoas e à vida na Terra, criando vínculos com a sociedade. Assim, os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, econômico e ambiental das organizações corporativas.

Elaborar relatórios de sustentabilidade para mensurar e divulgar impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas das organizações tem sido uma prática incorporada por empresas de diversos países. A adesão aos valores que viabilizam relatórios coerentes com os princípios da sustentabilidade tem sido voluntária e tem por objetivos: (i) apoiar e facilitar a gestão das questões de sustentabilidade das empresas de maneira sistemática; (ii) divulgar os riscos e oportunidades; (iii) e construir uma reputação corporativa mais transparente. As informações dos relatórios também podem servir às demandas crescentes da sociedade e, principalmente, como resposta às cobranças dos *stakeholders* para que as empresas explicitem suas ações de responsabilidade socioambientais, suas atuações no ambiente em que estão inseridas (CAMPOS *et al.*, 2013).

Para estar em condições de produzir o seu próprio relatório de sustentabilidade, as organizações precisam realizar algumas ações, tais como: (i) tomar a decisão de produzir o relatório, mediante uma articulação interna; (ii) organizar as informações, relatando as suas ações estratégicas, deliberadas e emergentes em documentos, conforme já mencionado anteriormente; (iii) treinar pessoas para que se tornem capazes de organizar as informações e produzir o relatório; (iv) conscientizar e mobilizar os seus públicos interno e externo para o engajamento em ações sustentáveis; (v) tornar o seu relatório de sustentabilidade um documento público por meio do site institucional e de redes sociais; (vi) adotar estratégias para que as ações sustentáveis sejam inseridas e praticadas cada vez mais, tornando-se parte da cultura na organização; e (vii) estabelecer metas sustentáveis anuais para que, a cada ano, o relatório de sustentabilidade seja ampliado e aprimorado (CAMPOS *et al.*, 2013).

A elaboração de um relatório próprio de sustentabilidade permite às organizações: (i) demonstrar seu compromisso com aspectos econômicos, sociais e ambientais; (ii) planejar suas atividades, tornando-se mais sustentável a cada dia; (iii) demonstrar organização nos vários segmentos que envolvem suas atividades; (iv) demonstrar que as ações sustentáveis não se atém apenas às discussões teóricas; ao contrário, envolve também ações práticas que auxiliam na resolução dos problemas enfrentados pelo ser humano; (v) criar uma cultura de prática de ações sustentáveis tanto no ambiente interno quanto na comunidade em seu entorno; (vi) obter transparência nas relações com a comunidade e a sociedade; (vii) apresentar capacidade de participação e influência tanto na comunidade e seu entorno quanto na sociedade ampla; (viii) apresentar a disposição de cumprir a legislação aplicada (CAMPOS *et al.*, 2013).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Estas atividades sustentáveis proporcionam importantes valores positivos para as organizações, aumentam as chances de fidelização junto ao mercado e, também, possibilitam a análise periódica dos dados para comparação de desempenho junto a outras organizações.

Portanto, publicar um relatório de sustentabilidade é muito importante. Porém, a escolha de qual orientação usar ou consultar também influenciará os resultados obtidos por meio da análise dos fatores e das dimensões econômica, social e ambiental, possibilitando a organização e seu respectivo desenvolvimento cada vez mais sustentável.

2.3 Relatório GRI

Há um considerável rol de organizações que têm desenvolvido relatórios de sustentabilidade. Nesse contexto, destaca-se a *Global Reporting Initiative* (GRI), criada em 1997 pela ONG norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics – CERES*, na cidade de Boston, EUA. É composta por uma rede *multistakeholders* (rede diversificada em público de interesse), cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a estruturação de relatórios de sustentabilidade pelo mundo.

A primeira versão das Diretrizes para relatórios de sustentabilidade, segundo o modelo da GRI, foi lançada no ano 2000, com a participação de voluntários do setor empresarial, ONGs, organizações trabalhistas, investidores institucionais, ativistas de direitos humanos, firmas de auditoria e consultoria, agências da ONU, entre outras. A segunda geração de orientações, conhecida como G2, foi lançada em 2002, na Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável, em Johannesburgo – África do Sul. Naquele momento, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) abraçou a GRI e convidou os estados membros da ONU para hospedá-la. A Holanda foi escolhida para ser o país anfitrião (GRI, 2013).

Após atualizações e aperfeiçoamentos, em 2013 surgiu a mais recente versão da GRI, a G4, que, diferentemente das orientações anteriores, sugere mudanças profundas na efetividade da sustentabilidade nas empresas.

Segundo a GRI (2013), as atuais diretrizes para relatórios de sustentabilidade indicam como referência uma série de documentos, acordos e normas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH – 1948); o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e as Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com orientações específicas para empresas multinacionais.

A estrutura proposta pela GRI (2013) possui quatro elementos que direcionam a elaboração de um relatório eficaz de sustentabilidade, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1: Diretrizes da GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade.

DIRETRIZ	DESCRIÇÃO
Diretrizes para a elaboração de relatório de sustentabilidade	Princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre a elaboração do relatório de sustentabilidade. As diretrizes da GRI são desenvolvidas com a participação de grupos de trabalho internacionais, partes interessadas e consulta pública.
Protocolos de indicadores	Fornecem definições, orientações para compilação e outras informações para assegurar a coerência dos indicadores de desempenho.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Suplementos setoriais	São publicações com interpretações e orientações sobre a aplicação, dos indicadores, em setores específicos.
Protocolos técnicos	Orientam na elaboração do relatório de sustentabilidade incluindo o estabelecimento de limites.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na GRI versão G4 (2013).

Mediante estes quatro elementos estruturantes, pode-se elaborar um importante relatório de sustentabilidade. Segundo a GRI, o relatório deve apresentar na sua estrutura: o perfil da organização, no qual são relatadas informações para compreender o desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança; informações sobre a forma de gestão, com dados que explicam o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização; e os indicadores de desempenho, essenciais para demonstrar o desempenho econômico, ambiental e social. A dimensão social se subdivide nas categorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2013).

Para preparar o relatório de sustentabilidade, a organização pode optar por um dos três níveis propostos pela GRI. Cada nível regulamenta itens do perfil da organização segundo as diretrizes, os suplementos setoriais, se houver, bem como o número de indicadores de desempenho (GRI, 2013).

Segundo a GRI (2013), os níveis de aplicação podem ser classificados em nível C (iniciante), B (intermediário) e A (avançado). A organização poderá, também, autodeclarar-se um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, C+, B+, A+). Nessa hipótese – após a criação do relatório de sustentabilidade – haverá a realização de uma auditoria externa na organização, para a devida certificação. O nível “C”, por exemplo, estabelece um mínimo de dez indicadores de desempenho que devem ser respondidos, enquanto o nível B exige o mínimo de vinte indicadores. Já o nível A, considerado completo, exige o preenchimento de todos os indicadores de desempenho. A Figura 1 apresenta os níveis de aplicação, de maneira resumida, com suas respectivas exigências.

Figura 1: Níveis de aplicação da GRI.

Nível de Aplicação do Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da GRI	Responda aos itens: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da GRI	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da GRI & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da GRI e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final

Fonte: Cartilha GRI (2013, s. p.).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Os indicadores de desempenho da versão G4 estão divididos entre três dimensões, sendo: 34 ambientais, 09 econômicas e 47 sociais. Perfaz um total de 91 indicadores, conforme disposto no Quadro 2.

Quadro 2: Dimensões, subdivisões e indicadores da GRI.

DIMENSÕES	SUBDIVISÕES	TOTAL DE INDICADORES
Ambiental	12 Aspectos	34
Econômica	4 Aspectos	9
Social	30 Aspectos	48
TOTAL	46 Categorias	91

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na GRI versão G4 (2013).

A GRI dispõe de diretrizes que podem ser utilizadas por toda e qualquer organização, independente do seu setor de atividade econômica. No Brasil, no âmbito da iniciativa privada, importantes companhias já produzem relatórios de sustentabilidade tendo como base diretrizes propostas pela GRI. Segundo a GRI (2013), dentre as razões para as organizações divulgar um relatório de sustentabilidade estão: (i) aumento da compreensão de riscos e oportunidades que enfrentam; (ii) melhora da reputação e fidelidade à marca; (iii) compreensão de interessados sobre desempenho e impactos da sustentabilidade; (iv) ênfase na relação entre desempenho organizacional financeiro e não financeiro; (v) influência na estratégia, na política de gestão em longo prazo e nos planos de negócios; (vi) padrão de referência (*Benchmarking*) e avaliação de efetividade das leis, das normas, dos códigos, dos parâmetros de desempenho e das iniciativas voluntárias; (vii) demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável; (viii) comparação de desempenho organizacional interno com o desempenho de outras organizações; (ix) conformidade com normas nacionais aplicadas, com exigências da bolsa de valores.

3. Métodos e procedimentos da pesquisa

A natureza desta pesquisa é básica, tendo em vista que não apresenta finalidades imediatas e nem produz conhecimento a ser utilizado em outras pesquisas.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Navarrete (2004) explica que a busca qualitativa tem como ponto inicial a compreensão da intenção do ato social, ou seja, a estrutura de motivações que os sujeitos possuem, o propósito que orienta sua conduta, os valores, sentimentos, crenças que o dirigem para uma finalidade determinada. Dessa forma, a análise qualitativa favorece a compreensão dos fatores relacionados com as decisões que, por sua vez, atribuem significado às informações utilizadas no processo de gestão.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, que permite tornar o problema explícito ou construir hipóteses (RICHARDSON, 2017). Segundo Gil (2019), um estudo exploratório é adotado em situações em que o objeto de pesquisa ~~ainda~~ é pouco conhecido ou foi pouco estudado. Assim, o estudo exploratório proporciona maior familiaridade com o problema, permitindo explicitá-lo melhor.

Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, a pesquisa caracterizou-se como documental. Segundo Gil (2019), a pesquisa documental é uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. A pesquisa documental utiliza fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

A amostragem desta pesquisa é do tipo não probabilística e intencional, levando em conta a acessibilidade do pesquisador aos dados, conforme instruído por Richardson (2017) e envolveu a análise de relatórios de sustentabilidade publicados pelas dez maiores empresas brasileiras que se enquadram no modelo GRI. As empresas (que se enquadram no modelo GRI) foram identificadas com base na relação das maiores empresas do Brasil conforme *ranking* publicado pelo Portal Estadão (2019).

Quanto à dimensão do tempo, a pesquisa se caracteriza como transversal, tendo em vista que o estudo foi realizado apenas uma vez e revela a situação de um determinado momento (COOPER; SCHINDLER, 2016). Retrata, portanto, o estágio de sustentabilidade das respectivas empresas apenas no ano em que foi analisada: 2019.

A análise de conteúdo foi eleita como técnica de análise dos dados coletados. Nos últimos anos, a análise de conteúdo tem obtido destaque entre os métodos qualitativos, e, por isso, tem ganhando legitimidade. A importância da análise de conteúdo para estudos organizacionais tem sido cada vez maior, tendo evoluído em virtude da preocupação com rigor científico e profundidade das pesquisas (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Conforme preconizado por Bardin (2016, p. 121), o estudo perseguiu as seguintes fases da análise de conteúdo: (i) pré-análise; (ii) exploração do material, e; (iii) tratamento dos resultados, que envolve a inferência e a interpretação.

4. Apresentação e análise dos resultados

Neste tópico, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa. Para facilitar a compreensão, foram criadas três categorias de análise: dimensão ambiental; dimensão social; dimensão econômica. Em cada dimensão procurou-se identificar as práticas adotadas pelas empresas, em consonância ou dissonância com a cartilha GRI, versão G4 de 2013.

4.1 Dimensão ambiental

O Quadro 3 apresenta os aspectos ambientais da GRI G4 e seus respectivos indicadores.

Quadro 3: Aspectos ambientais e respectivos indicadores da GRI versão G4 de 2013.

Aspectos Ambientais	Indicadores Ambientais	Siglas
Materiais	Redução no uso de materiais	EN1
	Uso de insumos reciclados	EN2
Energia	Consumo de energia dentro da organização	EN3
	Consumo indireto de energia (viagens, transportes, etc.)	EN4
	Melhorias realizadas para aumentar a eficiência energética	EN5
	Redução do consumo de energia	EN6
	Redução no consumo indireto de energia (viagens, transportes, etc.)	EN7
Água	Volume total de água retirada em m ³ /ano em qualquer fonte	EN8
	Fontes hídrica significativamente afetada por retirada de água	EN9
	Volume de água reciclada e reutilizada	EN10
Biodiversidade	Monitoramento das atividades realizadas em áreas protegidas	EN11
	Impactos das atividades sobre a biodiversidade em áreas protegidas	EN12
	Prevenção ou reparação de impactos negativos associados às atividades	EN13
	Habitats protegidos ou restaurados	EN14
	Estudos de impacto ambiental com metas e objetivos específicos	EN15
Emissões	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)	EN16
	Emissões diretas GEE provenientes da aquisição de energia	EN17



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

	Intensidade de emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)	EN18
	Redução de emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)	EN19
	Emissões de substâncias que destroem a camada de Ozônio (SDO)	EN20
	Emissões de NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	EN21
Efluentes e Resíduos	Descarte total de água, sua qualidade e destinação	EN22
	Total de resíduos gerados, tipos e destino	EN23
	Ocorrência de vazamentos significativos diversos	EN24
	Resíduos perigosos gerados, transportados, importados, exportados	EN25
	Corpos d'água, habitats e biodiversidade afetados por efluentes e resíduos	EN26
Produtos e Serviços	Mitigação de impactos ambientais gerados pelas atividades da organização	EN27
	Produtos e embalagens recuperados em relação ao volume de vendas	EN28
Conformidade	Multas e sanções recebidas por infringir a legislação ambiental	EN29
Transportes	Impactos ambientais decorrentes das atividades de transportes diversos	EN30
Geral	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental	EN31
Avaliação Ambiental de Fornecedores	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	EN32
	Impactos ambientais na cadeia de fornecedores e medidas mitigadoras	EN33
Reclamações Impactos Ambientais	Reclamações recebidas relativas à impactos ambientais e soluções	EN34

Fonte: Elaborado pelos autores com base em GRI (2013).

Segundo a cartilha GRI, cada indicador apontado no Quadro 3 é seguido por um texto explicativo, que possibilita identificar se a empresa está ou não em consonância com a proposta GRI. O Quadro 4 apresenta os resultados da dimensão ambiental nas empresas pesquisadas, conforme registrado nos relatórios de sustentabilidade. As empresas pesquisadas, segundo *ranking* do Portal Estadão (2019), são, em ordem alfabética, as seguintes: BR Distribuidora, Braskem, Bunge, Cargill, Carrefour, Ipiranga, Petrobrás, Raízen, Vale e Vivo. Os preenchimentos em verde apontam os indicadores que estão em consonância com a cartilha GRI, versão 4, de 2013. Os preenchimentos em vermelho apontam os indicadores que não constam no relatório da empresa e, portanto, estão em dissonância com a cartilha GRI.

Quadro 4: Identificação das práticas adotadas pelas empresas na dimensão ambiental, em consonância com a cartilha GRI.

Aspectos Ambientais da GRI G4	In- Siglas dos dicadores	Identificação de Indicadores Ambientais nos Relatórios									
		BR Distribuidora	Braskem	Bunge	Cargill	Carrefour	Ipiranga	Petrobrás	Raízen	Vale	Vivo
Materiais	EN1	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	EN2	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Energia	EN3	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	EN4	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	EN5	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	EN6	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	EN7	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Água	EN8	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	EN9	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	EN10	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Biodiversidade	EN11	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

	EN12	Red	Green	Green	Red	Green	Red	Green	Green	Green	Green
	EN13	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red
	EN14	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red
	EN15	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
Emissões	EN16	Green	Green	Green	Green	Red	Green	Green	Green	Green	Green
	EN17	Green	Green	Green	Green	Red	Green	Green	Green	Green	Green
	EN18	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	EN19	Green	Green	Red	Green	Green	Green	Red	Green	Green	Green
	EN20	Red	Green	Red	Green	Red	Green	Green	Green	Green	Green
	EN21	Red	Green	Red	Green	Red	Red	Green	Red	Green	Green
Efluentes e Resíduos	EN22	Red	Green	Green	Green	Green	Green	Red	Red	Red	Red
	EN23	Red	Green	Red	Green	Green	Green	Green	Red	Green	Green
	EN24	Red	Red	Red	Red	Red	Green	Green	Red	Red	Red
	EN25	Red	Red	Red	Green	Red	Red	Green	Green	Green	Green
	EN26	Red	Green	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red	Red
Produtos e Serviços	EN27	Red	Red	Green	Green	Green	Red	Red	Red	Green	Green
	EN28	Red	Green	Green	Green	Red	Green	Green	Red	Green	Green
Conformidade	EN29	Red	Green	Green	Green	Green	Red	Green	Green	Red	
Transportes	EN30	Green	Red	Red	Green	Red	Red	Green	Red	Red	Red
Geral	EN31	Red	Green	Red	Red	Green	Red	Red	Green	Green	Red
Avaliação Ambiental de Fornecedores	EN32	Red	Green	Green	Red	Green	Green	Green	Green	Green	Green
	EN33	Red	Green	Green	Red	Green	Green	Red	Green	Green	Green
Reclamações Impactos Ambientais	EN34	Green	Green	Green	Green	Green	Green	Red	Green	Green	Green

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O Quadro 4 possibilita uma análise macro das práticas observadas na dimensão ambiental. As empresas que obtiveram um bom aproveitamento nessa dimensão foram: Petrobras, Braskem e Carrefour.

As práticas EN5, EN16, EN17, EN18, EN29, EN33, EN34 foram as melhores apresentadas pelas empresas. Vale a ressalva para as categorias “Emissões”, “Reclamações”, Impactos Ambientais” e “Energia”, que obtiveram os melhores aproveitamentos.

Ressalta-se que EN13, EN14, EN25, EN26 e EN30 não obtiveram resultados relevantes, evidenciando que houve baixo aproveitamento das empresas nesses quesitos. Evidencia-se até mesmo a perenidade dos negócios em longo prazo, tendo em vista que, para as categorias, as menos aproveitadas foram “Efluentes e Resíduos” e “Biodiversidade”. Se houver a destruição da camada de ozônio, perda da biodiversidade, poluição tóxica no ar, nos rios, lagos e solos, com completa depleção dos recursos naturais não renováveis, a própria atividade produtiva e comercial estará comprometida.

4.2 Dimensão social

O Quadro 5 apresenta os aspectos sociais da GRI G4 e seus respectivos indicadores.

Quadro 5: Aspectos sociais e respectivos indicadores da GRI versão G4 de 2013.

Aspectos Sociais	Indicadores Sociais	Siglas
Emprego	Novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária e gênero	LA1
	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral	LA2
	Retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade	LA3



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Relações Trabalhistas	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva	LA4
Saúde e Segurança no Trabalho	Empregados representados em comitês formais de saúde e segurança	LA5
	Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho	LA6
	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças laborais	LA7
	Saúde e segurança cobertos por acordos formais com a categoria	LA8
Treinamento e Educação	Treinamento de empregados discriminado por gênero e categoria funcional	LA9
	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua	LA10
	Empregados que recebem análise de desempenho e de carreira	LA11
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Composição dos grupos responsáveis pela governança indicando a participação de gêneros e minorias	LA12
Igualdade Remuneração	Razão matemática do salário e remuneração entre homens e mulheres	LA13
Avaliação de Fornecedores e Práticas Trabalhistas	Novos fornecedores selecionados que respeitam as práticas trabalhistas	LA14
	Impactos negativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	LA15
Queixas e Reclamações em Práticas Trabalhistas	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	LA16
Investimentos (Direitos Humanos)	Acordos e contratos que incluem cláusulas de direitos humanos	HR1
	Treinamento de empregados em direitos humanos	HR2
Não Discriminados	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	HR3
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	Apoio da empresa ao direito de associação sindical e negociação coletiva dos empregados	HR4
Trabalho Infantil	Medidas tomadas para a erradicação do trabalho infantil	HR5
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	Medidas tomadas para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo	HR6
Práticas de Segurança	Treinamento de pessoas da área de segurança sobre direitos humanos	HR7
Direitos Indígenas	Casos de violação de direitos do povos indígenas e medidas tomadas	HR8
Avaliações	Operações empresariais submetidas a análise dos direitos humanos	HR9
Avaliações de Fornecedores em Direitos Humanos	Novos fornecedores selecionados com base em critérios de direitos humanos	HR10
	Impactos negativos em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas de contenção tomadas	HR11
Queixas e Reclamações em Direitos Humanos	Número de queixas e reclamações relacionadas aos direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	HR12
Comunidades Locais (Sociedade)	Engajamento da comunidade local e desenvolvimento local	SO1
	Impactos negativos reais e potenciais nas comunidades locais	SO2
Combate à Corrupção	Avaliação de riscos relacionados à corrupção e riscos identificados	SO3
	Treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	SO4
	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	SO5
Políticas Públicas	Contribuições financeiras para partidos políticos	SO6
Concorrência Desleal	Ações judiciais decorrentes de concorrência desleal e práticas de truste	SO7
Conformidade	Multas recebidas em decorrência da não conformidade com as leis	SO8
Fornecedores e Sociedade	Seleção de fornecedores que respeitam a sociedade	SO9
	Impactos negativos oriundos de fornecedores que não respeitam a sociedade	SO10
Reclamações Sociedade	Solução de reclamações relativas a fornecedores que desrespeitam a sociedade	SO11

Fonte: Elaborado pelos autores com base em GRI (2013).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Na cartilha GRI, cada indicador apontado no Quadro 5 é seguido por um texto explicativo, que facilita identificar se a empresa está ou não em consonância com a cartilha GRI. O Quadro 6 apresenta os resultados da dimensão social nas empresas pesquisadas, conforme registrado nos relatórios de sustentabilidade. Os preenchimentos em verde apontam para os indicadores que estão em consonância com a cartilha GRI, versão 4, de 2013. Os preenchimentos em vermelho apontam para os indicadores que não constam no relatório da empresa e, portanto, estão em disonância com a cartilha GRI.

Quadro 6: Identificação das práticas adotadas pelas empresas na dimensão social, em consonância com a cartilha GRI.

Aspectos Sociais da GRI G4	Siglas dos Indicadores	Identificação de Indicadores Sociais nos Relatórios									
		BR Distribuidora	Braskem	Bunge	Cargill	Carrefour	Ipiranga	Petrobrás	Raízen	Vale	Vivo
Emprego	LA1	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	LA2	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	LA3	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Relações Trabalhistas	LA4	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Saúde e Segurança no Trabalho	LA5	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	LA6	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	LA7	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	LA8	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Treinamento e Educação	LA9	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	LA10	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	LA11	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Igualdade de Oportunidades	LA12	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Igualdade de Remuneração	LA13	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Avaliação de Fornecedores e Práticas Trabalhistas	LA14	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	LA15	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Reclamações Práticas Trabalhistas	LA16	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Investimentos (Direitos Humanos)	HR1	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	HR2	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Não Discriminados	HR3	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Associação e Negociação Coletiva	HR4	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Trabalho Infantil	HR5	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Trabalho Forçado ou Escravo	HR6	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Práticas de Segurança	HR7	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Direitos Indígenas	HR8	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Avaliações	HR9	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Avaliações de Fornecedores em Direitos Humanos	HR10	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	HR11	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Reclamações em Direitos Humanos	HR12	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Comunidades Locais (Sociedade)	SO1	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	SO2	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Combate à Corrupção	SO3	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

	SO4													
	SO5													
Políticas Públicas	SO6													
Concorrência Desleal	SO7													
Conformidade	SO8													
Avaliação de Fornecedores (Sociedade)	SO9													
	SO10													
Reclamações Sociedade	SO11													

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A partir do Quadro 6, percebe-se quais empresas demonstraram bom ou ruim aproveitamento. As empresas que obtiveram bom aproveitamento nessa dimensão, foram: Petrobras, Vale e Cargill.

As práticas LA5, LA6, LA7, LA16, HR10, HR11, S01, S011 foram as melhores apresentadas, sendo percebidas em todas as empresas selecionadas. Destacam-se as categorias “Comunidades Locais”, “Combate à Corrupção”, “Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos” e “Saúde e Segurança no trabalho”, que tiveram os melhores aproveitamentos.

Em contrapartida, os indicadores L3, L4, HR1 e SO7 aparentemente não receberam muita atenção nos relatórios, tendo em vista que a análise revelou aproveitamento muito baixo por parte das organizações. Contudo, é um número considerado baixo face a quantidade de práticas dessa dimensão. No âmbito das categorias, as que foram menos aproveitadas são “Concorrência Desleal” e “Emprego”.

4.3 Econômica

O Quadro 7 apresenta os aspectos econômicos da GRI G4 e seus respectivos indicadores.

Quadro 7: Aspectos econômicos e indicadores da GRI versão G4 de 2013.

Aspectos Econômicos	Indicadores Econômicos	Siglas
Desempenho Econômico	Valor econômico direto gerado e distribuído	EC1
	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em razão de mudanças climáticas	EC2
	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece	EC3
	Assistência financeira recebida do governo	EC4
Presença no Mercado	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	EC5
	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes	EC6
Impactos Econômicos Indiretos	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	EC7
	Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	EC8
Práticas de Compras	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	EC9

Fonte: Elaborado pelos autores com base em GRI (2013).

Na cartilha GRI, cada indicador apontado no Quadro 7 é seguido por um texto explicativo que facilita identificar se a empresa está ou não em consonância com a cartilha GRI. O



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Quadro 8 apresenta os resultados da dimensão econômica nas empresas pesquisadas, segundo os relatórios de sustentabilidade. Os preenchimentos em verde apontam para indicadores que estão em consonância com a cartilha GRI, versão 4, de 2013. Os preenchimentos em vermelho apontam para indicadores que não constam no relatório da empresa e, portanto, estão em dissonância com a cartilha GRI.

Quadro 8: Identificação das práticas adotadas pelas empresas na dimensão econômica, em consonância com a cartilha GRI.

Aspectos Econômicos da GRI G4	Siglas dos Indicadores	Identificação de Indicadores Econômicos nos Relatórios									
		BR Distribuidora	Braskem	Bunge	Cargill	Carrefour	Ipiranga	Petrobrás	Raízen	Vale	Vivo
Desempenho Econômico	EC1										
	EC2										
	EC3										
	EC4										
Presença no Mercado	EC5										
	EC6										
Impactos Econômicos Indiretos	EC7										
	EC8										
Práticas de Compras	EC9										

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Segundo a análise dos relatórios, as empresas que se destacaram na dimensão econômica foram: Petrobrás, Vale e Braskem.

As práticas EC1, EC7, EC8 receberam atenção especial, tendo em vista que a diretriz EC8 foi a única que esteve presente em todos os dez relatórios. As categorias “Impactos Econômicos Indiretos” e “Desempenho Econômico” foram as que tiveram um melhor aproveitamento.

Em contrapartida, as diretrizes EC3 e o EC9 não obtiveram bons resultados, apresentando pouca expressividade nos relatórios analisados. Contudo, é um número considerado baixo, sendo apenas dois de um total de nove. Com relação às categorias, a menos aproveitada foi a de “Práticas de Compras”, contudo, apenas quatro empresas não evidenciaram ações nesse sentido. É a menor categoria, comparada às demais.

4.4 Compilado e discussão dos resultados

O Quadro 9 apresenta um resumo da situação de cada empresa em relação às dimensões econômica, social e ambiental. A cor verde indica que o relatório da empresa perpassa por forte aderência à sustentabilidade, ou seja, uma aderência acima de 50%. A cor vermelha indica que o relatório da empresa perpassa por baixa aderência à sustentabilidade, no caso, abaixo de 50%.

Quadro 9: Amplitude de aderência das empresas às dimensões da sustentabilidade.

Empresa	Ambiental	Social	Econômica
BR Distribuidora			
Braskem			
Bunge			



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Cargill			
Carrefour			
Ipiranga			
Petrobrás			
Raízen			
Vale			
Vivo			

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A questão ambiental tem ocupado considerável espaço nos projetos das empresas. É uma perspectiva que corrobora a ideia de estar havendo uma crescente predileção do setor industrial de cuidar do meio ambiente. É a participação de grandes indústrias dos setores agroindustrial, energético e químico na enumeração de organizações selecionadas, ou seja, de ramos marcados por significativos impactos nos ecossistemas, acendendo, assim, uma luz de alerta para o pilar ambiental da sustentabilidade.

Face as diretrizes GRI, aplicadas às dez empresas mencionadas, apenas uma não apresentou de forma clara a sua dimensão econômica, enquanto que cinco empresas não apresentaram aderência satisfatória aos indicadores ambientais. Nesse contexto, abordando a conservação da natureza à luz dos interesses humanos e de uma lógica antropocêntrica, Gudynas (2019, p. 283) faz críticas a aceitação do “capitalismo benévolo, no qual as corporações, juntamente com governos e comunidades locais, resolverão os problemas ambientais”. O autor tem a sua visão crítica acerca do papel do respectivo tipo de desenvolvimento e sua possível ligação com o problema ambiental em questão; é um viés que pode ser aproveitado para incrementar as práticas de cunho ambiental nas organizações abordadas.

Este trabalho demonstra, nesse contexto, que dentre o rol de empresas selecionadas para o estudo, apenas cinco conseguiram cumprir e seguir as diretrizes da cartilha. São elas: Braskem, Cargill, Carrefour, Petrobrás e Vale.

5. Considerações finais

O desenvolvimento sustentável e as práticas sustentáveis oferecem a possibilidade de um especial incremento de bem-estar no ser humano, sem a extrapolação dos limites biofísicos do planeta. Além disso, figuram como fatores competitivos, reorientando a atuação da iniciativa privada e remodelando espécies de negócios das organizações, permitindo que suas atividades não sejam, de fato, danosas às pessoas e ao equilíbrio da vida no planeta.

Nesse contexto, o relatório de sustentabilidade desponta como um elemento importante. Entretanto, apresentá-lo anualmente não transforma a empresa em uma organização automaticamente sustentável. É necessário colocar em prática tudo que foi constatado, no que tange as melhorias e mudanças, buscando causar o menor impacto ao meio ambiente e o maior impacto social e econômico.

Após a análise dos relatórios de sustentabilidade de grandes empresas brasileiras, percebe-se que houve o cumprimento de algumas diretrizes da GRI. No entanto, percebe-se que também há um desafio a ser enfrentado pelas organizações, especialmente no que tange a dimensão ambiental, que constitui a base de todas as relações sociais e econômicas.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Apesar dos avanços percebidos nos últimos anos e através dos relatórios de sustentabilidade das empresas, uma decidida e verdadeira conversão a um desenvolvimento genuinamente sustentável faz-se pressurosa. Isso pode favorecer a efetivação de boas práticas capazes de responder aos principais desafios do Século XXI.

6. Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da Economia Verde**. São Paulo: Abril, 2012.
- BARAIBAR-DIEZ, E; SOTORRIO, L. L. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, v. 20, n. 1, p. 5-21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i1.3600>
- BARBIER, E. B. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**, v. 14, n.2, p.101-110, jun. 1987. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0376892900011449>
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. Ed. São Paulo: Edições70, 2016.
- BRADFORD, M.; EARP, J.; WILLIAMS, P. Sustainability reports: what do stakeholders really want? **Management Accounting Quarterly**, v. 16, n. 1, p. 13-18, 2014. Disponível em: <https://www.imanet.org/-/media/96272aa5f09148f9b48090dbede95e86.ashx>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- CAMPOS, L. M. S. *et al.* Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da *Global Reporting Initiative*. **Gestão & Produção**, v, 20, n. 4, p. 913-926, 2013. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2013005000013>
- CASTRO, A. E; CAMPOS, S. A. P; TREVISAN, M. A Institucionalização (Ou Banalização) da Sustentabilidade Organizacional à Luz da Teoria Crítica. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v, 12, n. 3, p. 110-123, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v12i3.12552>
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
- CONSTANZA, R.; PATTERN, B. C. Defining and Predicting Sustainability. **Ecological Economics**, v. 15, n.3, p.193-195, dez. 1995. [https://doi.org/10.1016/0921-8009\(95\)00048-8](https://doi.org/10.1016/0921-8009(95)00048-8)
- ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2012.
- FEIL, A. A.; STRASBURG, V. J.; NAIME, R. H. Análise sobre as normas e dos indicadores de sustentabilidade e a sua integração para gestão corporativa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 2, p. 21-36, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/16349/9995>. Acesso em: 08 mar. 2020.
- FONSECA, A. *et al.* The state of sustainability reporting at Canadian universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 12, n. 1, p. 22-40, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1108/14676371111098285>
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GRI – **GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Versão G4. Amsterdã: GRI, 2013. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>>. 22 fev. 2021.
- GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante Editora, 2019.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

- INSTITUTO ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. **Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social**. 2014. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 14 set. 2018.
- LOZANO, R. Envisioning sustainability three-dimensionally. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 17, p. 1838-1846, nov. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.02.008>
- LOURENÇO; M. A.; CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **RACE**, v. 12, p. 1, p. 9-38, 2013. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2346>. Acesso em: 14. set. 2018.
- MARIMON, F. *et al.* The worldwide diffusion of the *Global Reporting Initiative*: what is the point? **Journal of Cleaner Production**, v. 33, p. 132-144, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.04.017>
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 brasileira: Ações prioritárias**. Brasília: MMA, 2004.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Global**. 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-6552011000400010>
- NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, Â. D.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- NAVARRETE, J. M. Sobre la investigación cualitativa: Nuevos conceptos y campos de desarrollo. **Investigaciones Sociales**, v. 8, n. 13, p. 277-299, 2004. DOI: <https://doi.org/10.15381/is.v8i13.6928>
- NEVES, L. F. **Diagnóstico da institucionalização da responsabilidade social corporativa em empresas da Região Metropolitana de Campinas – SP**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.
- NETO, S. M.; PEREIRA, M. F.; MORITZ, G. O. Novo capitalismo: criação de valor compartilhado e responsabilidade social empresarial. **Revista Pretexto**, v. 13, n. 3, p. 72-91, 2012. DOI: <https://doi.org/10.21714/pretexto.v13i3.1260>
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2016.
- OLIVEIRA, L. R. *et al.* Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132011005000062>
- ONU. **Report of the World Commission on Environment and Development**. 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. 16 abr. 2018.
- PAZ, F. J.; KIPPER, L. M. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v. 11, n. 2, p. 85-102, abr-jun/2016. DOI: <https://doi.org/10.15675/gepros.v11i2.1403>
- PORTAL ESTADÃO. **Ranking 1500**. 2019. Disponível em: <<https://publicacoes.estadao.com.br/empresasmais2019/ranking-1500/>>. Acesso em: 06 mar. 2021.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ROGERS, P. P.; KAZI, F.; BOYD, J. A. **An introduction to sustainable development**. Londres: Earthscan, 2008.
- ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, e2861, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-530x2861-19>
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SARKIS, J.; HELMS, M. M.; HERVANI, A. A. Reverse logistics and social sustainability. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 17, n. 6, p. 337-354, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.220>
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, L. H. V. **Aplicação e impactos dos objetivos de desenvolvimento sustentável em grandes empresas privadas do setor industrial no Brasil**. 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.
- SOUZA, T. C. G. **Relatório de sustentabilidade: proposta de aplicação em uma instituição de ensino superior comunitária à luz da *Global Reporting Initiative (GRI)***. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.
- VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- VIFELL, A. C.; SONERYD, L. Organizing matters: how ‘the social dimension’ gets lost in sustainability projects. **Sustainable Development**, v. 20, n. 20, p. 18-27, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1002/sd.461>